

## OBESIDADE

# Injeção sem controle

Indicado no tratamento do diabetes, medicamento tem uso disseminado para emagrecer. Especialistas alertam para o perigo de automedicação e defendem política pública para população acima do peso

» REBECA KROLL  
Especial para o **Correio**

A fama de medicamentos injetáveis para emagrecer cresceu acentuadamente nos últimos anos. O Ozempic, indicado para o tratamento de diabetes tipo 2, virou uma verdadeira febre. De acordo com a plataforma Consulta Remédios, as buscas pelo remédio aumentaram 91% no primeiro semestre de 2023. Além disso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, neste ano, mais dois medicamentos parecidos, o Mounjaro e o Wegovy, que ainda não estão à venda no país. Com mais da metade da população brasileira (55,4%) com sobrepeso e quase 20% com obesidade, especialistas aprovam as novas opções de tratamento, mas destacam que o uso só deve ser feito sob indicação médica.

Apesar do Ozempic ser aprovado para o tratamento de diabetes, é comum o chamado uso “off-label”, ou fora da bula, para combater o excesso de peso. Estudos mostram que pacientes perderam até 17% do peso, além de terem apresentado melhora nos parâmetros metabólicos, como redução na taxa de triglicerídeos, colesterol e glicemia. No entanto, o médico endocrinologista e presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Paulo Miranda, alerta que a medicação não é indicada para finalidades estéticas.

“Ainda que o Ozempic não tenha registro em bula para o tratamento de obesidade, nós já temos dados da segurança e da eficácia dele para esse fim. Ele segue os princípios da ciência e deve ser aplicado para o que foi estudado e não para o desejo social de perda de peso”, afirma Miranda.

O presidenta da Anvisa, Antônio Barra Torres, também destaca que a aprovação e análise de todo medicamento é com base no que a bula contempla. “Nós não temos ação no uso off-label, mas isso não significa que não estamos atentos e monitorando esses casos. É um remédio novo que ainda vai ter uma curva de observação e monitorização pela agência e vamos analisar todos os efeitos adversos”, garantiu.

## Doses excessivas

O Ozempic consiste em uma caneta de injeção semanal. A dose libera uma substância que, além de estimular a produção de insulina e diminuir os níveis de glicose no sangue, promove a saciedade. Por isso, quem usa o remédio sente menos fome e emagrece. No entanto, o uso deve vir acompanhado de uma mudança de hábitos, como dieta e atividades físicas.

Reprodução/Freepik



Aplicação de injeção, indicada para o diabetes, também é eficaz para o emagrecimento: médicos alertam para uso excessivo e automedicação

## Ato pelas vítimas de Mariana

Marina Dantas



Ministros, lideranças políticas e representantes de movimentos sociais participaram, ontem, da Jornada de Lutas por Direitos do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O ato marcou os oito anos da tragédia de Mariana (MG), que matou 19 pessoas e provocou gravíssimos danos ambientais. O MAB chama a atenção para o PL 2788/2019, que estabelece a Política Nacional de Direitos da População Atingida por Barragens (PNAB). O projeto deve ser colocado em pauta hoje, no Senado. Os integrantes do MAB também querem a inclusão das populações atingidas no debate sobre destinação de recursos para reparação. (Marina Dantas)

Há outros cuidados. “Independentemente da dose, ela deve ser prescrita no máximo uma vez por semana apenas. Eu já vi absurdos de uso diário e isso é extremamente perigoso”, alerta o médico e presidente da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), Levimar Araújo.

Outra questão é que o Ozempic é vendido sem retenção de receita, ou seja, apesar de ser obrigatório a apresentação dela, a farmácia não precisa mantê-la. Para Miranda, isso facilita a compra por pessoas que não têm indicação médica. “Isso gera uma

automedicação, que não é recomendada”, adverte Araújo.

Além disso, quem faz uso do medicamento também deve ficar atento às falsificações. Na última sexta-feira, a Anvisa publicou um alerta de lotes falsificados após uma notificação da empresa responsável, Novo Nordisk. A farmacêutica denunciou como falso o lote LP6F832, que indicaria validade até 2025. A agência orienta que somente sejam adquiridos em estabelecimentos regularizados, dentro da embalagem e com nota fiscal.

Os principais efeitos adversos

do Ozempic estão relacionados ao trato gastrointestinal como náuseas, vômitos e sensação de estômago cheio, outros sintomas como dor de cabeça e leve aumento da frequência cardíaca também podem ocorrer. “O remédio não pode ser usado por quem tem problemas intestinais mais sérios. Então, é imprescindível a indicação de um médico especialista”, destaca Araújo.

O Atlas Mundial da Obesidade 2023 estima que 41% da população adulta brasileira terá obesidade até 2035. Atualmente, o SUS

não disponibiliza nenhum medicamento contra a doença. A nutróloga e cofundadora da ONG Obesidade Brasil, Andrea Pereira, diz que a falta de medicação gera um aumento na fila de cirurgias bariátricas, pois, muitas vezes, a mudança de estilo de vida não é suficiente.

“Nós temos, hoje, medicações muito efetivas no controle da obesidade, porém elas ficam restritas à classe alta. Isso precisa ser mais discutido pelo SUS, porque a obesidade é uma doença crônica. Os remédios fazem parte do tratamento”, diz.

## INVESTIGAÇÃO

## Presidente de Portugal é suspeito de facilitar tratamento

Patrícia de Melo Moreira/AFP



Marcelo Rebelo de Sousa nega qualquer favorecimento

» VICENTE NUNES  
Correspondente

Lisboa — Uma investigação aberta pela Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (Igas) está balançando o mundo político de Portugal. O presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, é suspeito de ter favorecido duas gêmeas brasileiras em um tratamento de saúde realizado em 2019, que custou 4 milhões de euros (R\$ 22 milhões) aos cofres públicos portugueses. Ele nega qualquer ação nesse sentido.

A suspeita de favorecimento, a pedido de familiares do presidente, foi divulgada, na última sexta-feira, em uma reportagem da TVI. As gêmeas, que também têm nacionalidade portuguesa, receberam o medicamento Zolgensma, considerado um dos mais caros do mundo, usado para o combate de atrofia muscular espinhal. O tratamento foi feito no Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Em nota enviada à agência de notícias Lusa, a IGAS disse que abriu inspeção “sobre o processo de prestação de cuidados de saúde às duas crianças para verificar se foram cumpridas todas as normas aplicáveis a esse caso concreto”. O inspetor-geral, António Carapeto, por sinal, reuniu-se ontem com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário Lisboa Norte, que integra os hospitais Santa Maria e Pulido Valente. O objetivo foi cobrar medidas internas para apurar o caso.

Segundo a reportagem da TVI, quando as gêmeas chegaram ao Hospital de Santa Maria, os neuropediatras se opuseram ao tratamento. Eles encaminharam uma carta ao então presidente do conselho de administração, Daniel Ferro, alegando falta de recursos para os procedimentos e ressaltando que as crianças já recebiam o medicamento no Brasil. Durante quatro anos, o documento feito pelos médicos ficou desaparecido. Após a reportagem, eles apareceram.

No domingo (5/11), em conversa com jornalistas, Rebelo de Sousa negou ter intercedido junto ao Hospital de Santa Maria ou de qualquer outra entidade para que as gêmeas se beneficiassem do tratamentos no Serviço Nacional de Saúde de Portugal. “Não fiz. Não falei ao primeiro-ministro, não falei à ministra (da Saúde), não falei ao secretário de Estado, não falei ao diretor-geral, não falei à presidente do hospital, nem ao conselho de administração nem aos médicos”, ressaltou.

O presidente afirmou, ainda, que, em nenhum momento, a reportagem mostra alguém dizendo que ele falou com qualquer pessoa sobre o assunto. “Diz-se, consta, parece que sim, parece que havia família (do presidente) que estava empenhada, por amizade, nisso. Mas ninguém em relação ao presidente. E só há um presidente. A família do presidente não foi eleita, não é presidente”, disse. Rebelo de Sousa criticou o fato de estar sob suspeição.

## EDUCAÇÃO

# Governo inicia hoje renegociação do Fies

» MAYARA SOUTO

O ministro da Educação, Camilo Santana, reuniu-se ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para tratar sobre a renegociação das dívidas do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

O chefe do Ministério da Educação (MEC) garantiu que o programa inicia hoje. Mais de 1,2 milhão de contratos inadimplentes do Fies poderão negociar o pagamento da dívida. “Isso significa R\$ 54 bilhões de dívidas que poderão ser renegociadas com condições muito favoráveis, podendo chegar ao desconto de 99% do valor principal e 100% dos juros de multa. Você pode pagar 1% da dívida, dependendo da condição que ela esteja”, explicou o ministro.

De acordo com a lei sancionada por Lula na última quinta, tem direito à renegociação todos os contratos firmados até o fim de 2017 e com débitos vencidos e não pagos em 30 de junho de 2023. As tratativas poderão ser feitas em qualquer agência da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, e, também, pelo telefone, nos números 0800 das instituições.

Santana também anunciou que os egressos que estiverem em dia com os pagamentos também poderão procurar os bancos e receberão descontos no valor principal do financiamento.

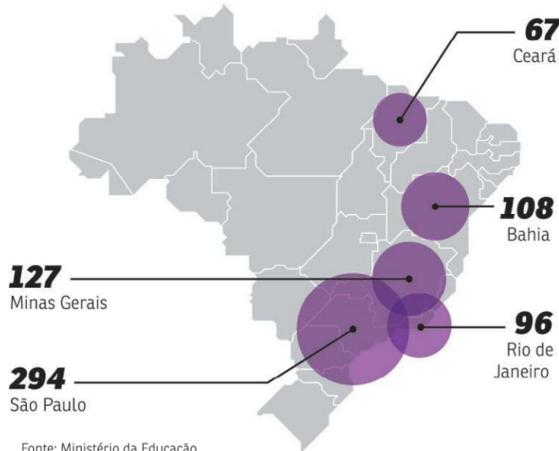
Ao comentar sobre novas regras que estão sendo avaliadas para o financiamento, o ministro enfatizou que será repensada a questão do pagamento. “É uma coisa que nós estamos reavaliando para o novo Fies, é saber quem é que não

paga porque não quer e quem é que não paga porque não tem dinheiro, não tem condições de pagar. Então, fazer essa diferenciação para que a gente possa melhorar o controle do programa, que considera muito importante para dar acesso àqueles que querem fazer uma universidade, um curso superior”, acrescentou.

A lei que beneficia os estudantes também auxiliará as universidades. O texto estabeleceu um teto de contribuição ao Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies) de 27,5% para as instituições que aderem, voluntariamente, ao programa, após o quinto ano de sua adesão. Segundo o MEC, a medida visa tirar a sobrecarga de tributos nas mantenedoras, que “prejudica o número de vagas ofertadas ao Fies”.

## Pendurados

Confira a lista dos cinco estados com maior acúmulo de pendências em relação ao Fies. O número refere-se à quantidade de contratos com dívida (em milhares).



Fonte: Ministério da Educação